



REVISTA OWL (OWL Journal)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

INFÂNCIA PERIFÉRICA: O DIREITO DE BRINCAR ENTRE MUROS E DESIGUALDADES

PERIPHERAL CHILDHOOD: THE RIGHT TO PLAY AMID WALLS AND INEQUALITIES

INFANCIA PERIFÉRICA: EL DERECHO A JUGAR ENTRE MUROS Y DESIGUALDADES

DOI: 10.5281/zenodo.17353884



Francisco Renato Silva Ferreira¹

Ryan Peixoto Cruz²

Moema Alves Macêdo³

Maria Lusdenia Santos Silva⁴

Maria Izabel Pedro da Silva⁵

- 1 Mestre em Ensino em Saúde pelo Centro Universitário Dr Leão Sampaio (UNILEÃO). Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Altaneira/CE. Atuando como Psicopedagogo Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE. Professor pesquisador no grupo de pesquisa Políticas Públicas em Educação e Saúde (PPES) do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). E-mail: norf20@hotmail.com LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>
- 2 Enfermeiro, Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Membro do grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação e Saúde - PPES do Programa de Pós em Ensino e Saúde- MePESa do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Docente em cursos técnico de enfermagem. E-mail: ryanpeixotoexu@gmail.com CV: <http://lattes.cnpq.br/7195189595660502> ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8155-3536>
- 3 Doutora em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2025). Mestra em ensino na saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco - FAMED/UFAL (2018). Especialista em Gestão em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (2010) e em Gestão Pedagógica da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (2007). Graduada em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Atualmente exerce atividades como: Preceptora, supervisora de estágio e docente no Centro universitário Leão Sampaio (UNILEAO); psicóloga efetiva da Secretaria de Saúde de Juazeiro do Norte (CE), atuando na equipe multidisciplinar da atenção básica; Coordenadora Nacional e Estadual da Articulação Nacional de Psicólogas (os) negras(os) e pesquisadoras(es) - ANPSINEP. Atua nas áreas de processos grupais, políticas públicas, saúde coletiva, psicologia jurídica e psicodrama. Desenvolve pesquisas na área de atuação e nos temas seguintes: racismo, religiosidade, formação e ensino em saúde, educação popular e permanente em saúde. E-mail: moema@leaosampaio.edu.br CV: <http://lattes.cnpq.br/4015132590283508> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4161-5901>
- 4 Especialista em Educação Especial, Inclusiva e Neuropsicopedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduada Licenciatura Plena em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE). Professora Efetiva da Rede Municipal de Educação de Porteiras/CE. E-mail: marialusdenia@gmail.com CV: <http://lattes.cnpq.br/8599838967519304> ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4153-1483>

Revista *OWL Journal*, Campina Grande – PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 – ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

1/28





Maria Deuzani da Silva Lacerda⁶
Fábio Grigório Vieira de Oliveira⁷
Marlene Menezes de Souza Teixeira⁸

RESUMO

O presente artigo analisa o direito de brincar como dimensão essencial da infância e como expressão de resistência diante das desigualdades sociais que marcam as realidades periféricas brasileiras. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, apoia-se em autores clássicos e contemporâneos que refletem sobre a infância como espaço de direitos e de emancipação simbólica. Evidencia-se que o brincar ultrapassa a esfera do lazer, configurando-se como prática cultural, política e educativa. As crianças das periferias, ao reinventarem o cotidiano com criatividade e solidariedade, reafirmam o valor humano do lúdico como instrumento de sobrevivência e esperança. A análise demonstra que garantir o brincar é garantir o direito de ser criança e, ao mesmo tempo, preservar o princípio ético da dignidade. Defende-se que a escola e as políticas públicas assumam papel ativo na efetivação desse direito, integrando educação, cultura e justiça social.

Palavras-chave: Infância; Brincar; Desigualdade social.

- 5 Especialista em Educação Inclusiva pela UNIasselvi. Professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Altaneira/CE. E-mail: izabelpedro2009@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2905356848631037> ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2861-581X>
- 6 Mestre em Educação pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diretora Administrativa na Secretaria Estadual de Educação do Ceará - SEDUC/CE. E-mail: deuzanir30@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9300095603666616>
- 7 Mestre em Direito Pela Universidade Católica de Santos/SP. Professor universitário na Anhanguera Educacional. E-mail: fabiogrigorioadvocacia@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1097425459897026> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9964-414X>
- 8 Doutora em Educação e Ensino: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduada em Pedagogia pelo Instituto Brasileiro de Formação (UNIB). Atualmente, é professora do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO), onde atua como membro do Programa e do Comitê Gestor do Mestrado Profissional em Ensino e Saúde (MePESa/UNILEÃO), do Comitê de Ética em Pesquisa e do colegiado geral da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF). É avaliadora da revista Interfaces: Saúde, Humana e Tecnologia (UNILEÃO), presidente da Liga Acadêmica Saúde Integral para a Adversidade (LASID) e líder do Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas em Educação e Saúde" (PPES). E-mail: marlenesouza@leaosampai.edu.br CV: <http://lattes.cnpq.br/5043828704040203> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1546-3257>





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

ABSTRACT

This article examines play as an essential dimension of childhood and as an expression of resistance in the face of social inequalities that shape peripheral realities in Brazil. The qualitative, bibliographical research draws on classical and contemporary authors who discuss childhood as a space of rights and symbolic emancipation. Findings indicate that play transcends the sphere of leisure, functioning as a cultural, political, and educational practice. Children from marginalized territories, by recreating their daily lives with creativity and solidarity, reaffirm the human value of play as an instrument of survival and hope. The analysis reveals that ensuring the right to play means ensuring the right to be a child while preserving the ethical principle of dignity. It also emphasizes the need for schools and public policies to play an active role in guaranteeing this right through the integration of education, culture, and social justice.

Keywords: Childhood; Play; Social inequality.

RESUMEN

El presente artículo analiza el derecho al juego como una dimensión esencial de la infancia y como una forma de resistencia frente a las desigualdades sociales que atraviesan las realidades periféricas brasileñas. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se sustenta en autores clásicos y contemporáneos que conciben la infancia como un espacio de derechos y emancipación simbólica. Se demuestra que el acto de jugar trasciende el ámbito del ocio, configurándose como una práctica cultural, política y educativa. Las niñas y los niños de las periferias, al reinventar su cotidianidad con creatividad y solidaridad, reafirman el valor humano del juego como instrumento de supervivencia y esperanza. El análisis concluye que garantizar el derecho a jugar es garantizar el derecho a la niñez y, simultáneamente, preservar el principio ético de la dignidad. Se defiende la necesidad de articular escuela, políticas públicas, cultura y justicia social.

Palabras clave: Infancia; Juego; Desigualdad social.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

1. INTRODUÇÃO

A infância, em sua dimensão simbólica e concreta, constitui um dos períodos mais significativos da experiência humana, pois é nesse tempo inaugural que se entrelaçam imaginação, linguagem, afeto e cultura. No entanto, em meio às contradições do mundo contemporâneo, especialmente nas regiões periféricas, o direito de ser criança vem sendo ameaçado por múltiplas formas de exclusão social e econômica que silenciam o brincar, restringem o espaço do lúdico e impõem uma adultização precoce. A infância deixa, assim, de ser concebida como território de encantamento e passa a ser submetida a uma lógica produtivista e desigual que nega o tempo do ócio criativo, da convivência e da espontaneidade.

Mais do que um simples gesto de recreação, o brincar é uma forma de resistência cultural e um modo de habitar o mundo. Nas palavras de Walter Benjamin (1984, p. 87):

A criança não brinca de ser, ela é integralmente o que imagina ser: rainha, cavaleiro, bicho ou coisa. No ato do brincar, o mundo é recriado em miniatura e ganha o contorno da liberdade. Nesse gesto inventivo, o cotidiano deixa de ser repetição e converte-se em descoberta, pois o brinquedo e o jogo tornam-se instrumentos de expressão e de reencantamento do real, revelando que o brincar é uma forma de pensamento e de resistência à rigidez do mundo adulto.

A perspectiva benjaminiana desvela que o brincar é uma linguagem originária, um modo de reorganizar o caos e dar sentido à realidade, sobretudo quando essa realidade é marcada por carências e desigualdades. Nas periferias urbanas e rurais, as crianças continuam a reinventar seus espaços de brincar entre becos, calçadas e ruas estreitas, transformando latas em bolas, paus em espadas e o concreto em horizonte. Nesse gesto poético e político, revelam sua potência criadora diante da escassez e do abandono.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Em consonância com essa visão, Kramer (2007) afirma que a infância precisa ser entendida como um tempo de direitos e não como uma etapa de preparação para a vida adulta. Para a autora, “brincar é exercício de liberdade e de imaginação social”, e toda política pública que negligencia esse aspecto compromete a formação integral da criança e, por extensão, o futuro da própria sociedade. Assim, ao se pensar o direito de brincar em territórios periféricos, torna-se inevitável refletir sobre as condições concretas que sustentam ou inviabilizam o exercício pleno da cidadania infantil.

O Brasil dispõe de uma legislação robusta em defesa da infância. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) reconhecem o brincar como um direito humano fundamental, indissociável do desenvolvimento físico, emocional e intelectual. Todavia, entre o texto da lei e a vida real das crianças das periferias, estende-se um abismo. É nesse espaço de contradição que a infância brasileira se reinventa: cercada por muros, mas tecida em sonhos.

As desigualdades estruturais – fruto da concentração de renda, da ausência de políticas habitacionais e da precarização do trabalho – fazem com que muitas crianças cresçam em contextos onde brincar é sinônimo de risco. Sarmento (2011) sustenta que a infância deve ser compreendida como categoria social e política, atravessada por relações de poder que determinam quem tem o privilégio de brincar e quem precisa sobreviver antes de sonhar. Essa constatação evidencia que o brincar, quando garantido, é também um marcador de justiça social.

Ao pensar a infância periférica, é necessário superar leituras romantizadas e reconhecer que o brincar é um ato político, porque afirma a vida em meio à carência. Arroyo (2015) observa que as infâncias das classes populares vivem em permanente tensão entre o direito e a exclusão. Para ele, a escola, ao se abrir para o lúdico e para o sensível, pode se





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

tornar um espaço de reencantamento, um território onde a criança se reconhece como sujeito de direitos, saberes e afetos.

Essa reflexão se ancora na pedagogia freireana, que propõe uma educação pautada na liberdade e na esperança. Freire (1996, p. 32) recorda que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Os dois se encontram no corpo da prática que se faz e refaz na curiosidade, na criatividade e na alegria de aprender. É nessa dinâmica que o ato educativo se torna ato político, ético e estético, pois o educador, ao ensinar, também se descobre aprendiz, e o educando, ao aprender, torna-se produtor de sentidos e de novas leituras da realidade. O conhecimento, assim, não é estático, mas se constrói na comunhão entre a dúvida e a esperança, entre o saber e o fazer, entre o humano e o mundo.

O brincar representa uma das expressões mais autênticas do aprender, pois reúne, em um mesmo gesto, a alegria, a curiosidade e a liberdade criadora que sustentam a formação humana. Ao permitir que a criança explore o mundo com encantamento e autonomia, o ato lúdico torna-se uma verdadeira pedagogia da esperança — um modo de aprender que desafia a rigidez das estruturas e se opõe à opressão cotidiana. É nesse movimento que o brincar se transforma em prática emancipadora, capaz de reafirmar a dignidade da infância e de reencantar a própria experiência de existir e aprender.

Diante desse panorama, este artigo tem como propósito analisar o direito de brincar em contextos periféricos, destacando as múltiplas dimensões — sociais, políticas e culturais — que o constituem. Busca-se compreender de que maneira a desigualdade social afeta o exercício do brincar e como as crianças elaboram, a partir de sua imaginação e de sua vivência comunitária, práticas de resistência e de invenção. Ao mesmo tempo, defende-se que a escola e as políticas públicas assumam um papel protagonista na preservação da infância, reconhecendo que garantir o direito de brincar é também afirmar o direito à dignidade humana.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Trata-se, portanto, de um estudo que pretende contribuir para o debate sobre a infância como sujeito de direitos, reforçando que a luta pelo brincar é, em última instância, a luta pela humanidade das crianças brasileiras. Quando o lúdico é respeitado, a infância floresce — mesmo entre muros, mesmo na adversidade, mesmo na periferia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A infância como tempo de direitos

A concepção contemporânea de infância rompe com a ideia reducionista que a entendia como mera preparação para a vida adulta. No campo das ciências humanas e da educação, a infância passa a ser reconhecida como uma categoria social e política dotada de linguagem própria, de cultura e de direito à expressão. Essa virada epistemológica, iniciada com a nova sociologia da infância, insere a criança como sujeito histórico, produtor de significados e participante ativo da vida social (Sarmiento, 2011). Nesse sentido, o tempo da infância não é um ensaio da existência, mas uma experiência plena de ser-no-mundo, repleta de afetos, imaginação e potência criadora.

Em um país marcado por profundas desigualdades, como o Brasil, defender a infância como tempo de direitos significa enfrentar as estruturas que reduzem as crianças a estatísticas ou a objetos de tutela. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabeleceram, de forma inequívoca, que toda criança tem direito ao lazer, à cultura, à convivência familiar e comunitária, à proteção integral e ao desenvolvimento pleno. Esses documentos traduzem um compromisso ético e civilizatório: garantir que nenhuma infância seja negada por falta de recursos, cor da pele, território ou condição social.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A infância, como ressalta Sonia Kramer (2007), constitui uma etapa em que a imaginação e a ludicidade são dimensões fundamentais do aprender e do viver. Para a autora, reconhecer a infância como tempo de direitos implica compreender que “brincar é exercício de liberdade e de criação social, não um luxo supérfluo, mas uma necessidade vital” (Kramer, 2007, p. 43). A brincadeira, o jogo e a fantasia não são meros passatempos: são modos pelos quais a criança interpreta o mundo, elabora sentimentos e constrói vínculos de pertencimento. Nesse sentido, o brincar configura-se como uma linguagem universal que une o biológico e o simbólico, o corpo e a imaginação.

A visão de Walter Benjamin (1984) amplia essa perspectiva ao situar o brincar como prática de liberdade e de subversão diante da realidade imposta. O autor observa que as crianças não apenas reproduzem o mundo adulto, mas o reinventam com base em outras lógicas e temporalidades. Em sua reflexão poética, afirma que:

Brincar é libertar-se das imposições da seriedade adulta. A criança brinca com os objetos como quem redescobre o mundo, transformando cada fragmento em um universo novo e possível. O brincar, para ela, não é mera repetição, mas reinvenção constante; não é cópia da vida, mas recriação do real. É no jogo que a criança revela sua capacidade de reconstruir o mundo à sua maneira, atribuindo sentido às pequenas coisas e conferindo leveza ao que, para o adulto, se tornou banal (Benjamin, 1984, p. 92).

Essa compreensão resgata a dimensão estética da infância: o brincar como forma de arte e de conhecimento, como gesto de resistência diante da mecanização da vida. Em contextos sociais adversos, como as periferias, o ato de brincar é também uma expressão política, um modo de afirmar a humanidade em meio à falta e à opressão.

Nessa mesma direção, Paulo Freire (1996) propõe uma pedagogia fundada na liberdade, na curiosidade e na esperança. Ao afirmar que “a educação é um ato político” e que “ensinar exige alegria e esperança”, o autor aproxima o brincar da própria essência do





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

aprender. Brincar é, portanto, um ato educativo no sentido mais profundo: permite que a criança construa conhecimento a partir da experiência, do erro, da invenção e do diálogo. O educador, nesse contexto, precisa reconhecer a infância como território de saberes legítimos, rompendo com práticas escolares que antecipam a seriedade adulta e reprimem a ludicidade.

A infância deve ser pensada, portanto, como uma condição existencial e cultural, e não apenas como uma faixa etária. A criança é portadora de uma visão de mundo sensível, poética e profundamente ética. Quando a sociedade nega à criança o direito de brincar, de imaginar e de experimentar, ela não apenas restringe um direito individual, mas compromete o próprio tecido humano e democrático que sustenta a vida social. É nesse sentido que Arroyo (2015, p. 21) enfatiza:

As infâncias das classes populares resistem, sobrevivem e recriam o humano mesmo quando a sociedade lhes nega o direito de viver o tempo da infância. A escola pode ser o lugar do reencontro com essa humanidade roubada. Ao acolher essas crianças e reconhecer nelas sujeitos de história, a escola deixa de ser mero espaço de reprodução das desigualdades e torna-se território de afirmação da vida, de reconstrução de identidades e de resgate da dignidade.

Essa afirmação reforça a urgência de repensar o papel das instituições educativas, que frequentemente se tornam espaços de controle e não de liberdade. Garantir a infância como tempo de direitos implica promover políticas públicas que integrem educação, cultura e lazer, e que assegurem às crianças o direito de existir com dignidade e plenitude.

Sob a ótica freireana, o ato de educar não se reduz à transmissão de conteúdos, mas envolve a criação de condições para que cada sujeito descubra e exerça sua potência humana. O brincar, nesse contexto, torna-se um caminho privilegiado de humanização. Ao brincar, a criança estabelece diálogo com o outro e com o mundo, aprende a cooperar, a respeitar diferenças, a sonhar. Essa dimensão pedagógica e ética do brincar precisa ser preservada e





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

cultivada nas escolas e nas comunidades, especialmente nas realidades periféricas onde o tempo e o espaço da infância são constantemente violados.

Dessa forma, pensar a infância como tempo de direitos é compreender que o brincar não é uma concessão, mas um princípio civilizatório. É reconhecer que o direito à infância é o direito à vida, à imaginação, à esperança e à construção de um futuro menos desigual. Quando uma sociedade protege o brincar, protege também a si mesma, porque investe naquilo que há de mais humano: a capacidade de criar mundos possíveis, mesmo diante da escassez.

2.2 Infâncias periféricas e desigualdades sociais

Pensar a infância a partir das margens é um exercício ético e político de visibilidade. Nas franjas urbanas e nos interiores esquecidos, a infância carrega as marcas da desigualdade estrutural que atravessa o Brasil: a precarização das moradias, a ausência de espaços públicos, o desemprego familiar, a violência e a carência de políticas de lazer e cultura. Nesses territórios, ser criança é um ato de resistência cotidiana, uma invenção permanente diante da escassez e do esquecimento social. Não se trata apenas de uma geografia física, mas de uma geografia simbólica que separa o centro do que é considerado digno de cuidado e a periferia do que é deixado à margem do direito.

As infâncias periféricas constituem o retrato mais nítido das contradições de um país que, ao mesmo tempo em que reconhece na legislação o direito integral à infância, permite que esse direito seja violado em silêncio. Para Arroyo (2015), as crianças das classes populares crescem entre o sonho e o desamparo, entre o desejo de brincar e as urgências da sobrevivência. Segundo o autor:





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

As infâncias empobrecidas resistem como podem, reinventando a humanidade que lhes é negada. São vidas que aprendem cedo que o direito de brincar precisa ser conquistado dia após dia. A cada gesto lúdico, essas crianças desafiam as fronteiras da exclusão e recriam, com suas brincadeiras, a presença do humano no meio da ausência. É nessa persistência silenciosa que se revela a potência ética e política da infância, capaz de transformar a dor em aprendizagem e a falta em gesto de partilha (Arroyo, 2015, p. 34).

Essa afirmação revela que, em territórios de exclusão, o brincar se torna uma forma de insurgência simbólica. As crianças transformam o asfalto em campo de futebol, o beco em cenário de faz-de-conta, o lixo em brinquedo e a rua em sala de aula. Essa criatividade cotidiana constitui um gesto político, pois desafia a narrativa dominante que associa pobreza à incapacidade ou falta de imaginação. Ao brincar, as crianças das periferias afirmam a vida onde o Estado muitas vezes se ausenta, e constroem coletivamente sentidos de pertencimento e solidariedade.

Os estudos de Manuel Jacinto Sarmiento (2011) ajudam a compreender que a infância é atravessada por processos de exclusão que refletem a estrutura social. O autor defende que a criança deve ser compreendida como sujeito social, inserido em relações complexas de classe, raça e território. Assim, a infância não é um conceito universal e homogêneo, mas múltiplo e plural, marcado pelas condições históricas de existência. As crianças periféricas vivem uma experiência de infância que dialoga com o cotidiano das desigualdades, e é nessa vivência que emergem estratégias singulares de aprender, brincar e resistir.

O brincar, nesses contextos, assume uma dimensão de sobrevivência simbólica. Walter Benjamin (1984), ao refletir sobre o gesto lúdico, observa que a criança cria o mundo com o que lhe resta — restos de coisas, fragmentos de realidades. Em suas palavras:

Nada é insignificante para a criança. Tudo pode se tornar brinquedo, tudo pode ganhar voz e forma. A pobreza dos meios é compensada pela riqueza da imaginação. O objeto esquecido pelo adulto, o resto sem valor ou o pedaço de mundo descartado





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

tornam-se, nas mãos infantis, matéria viva e encantada. O brincar revela a capacidade humana de dar novo sentido ao que parecia inútil e de reanimar a existência com o sopro da fantasia (Benjamin, 1984, p. 95).

Esse olhar benjaminiano permite compreender a força poética das infâncias periféricas, que reinventam o mundo com os materiais que a sociedade descarta. Cada jogo improvisado revela a potência criadora da infância, que transforma a carência em invenção e o limite em espaço de liberdade. É nesse movimento que o brincar se torna resistência — não apenas um passatempo, mas uma forma de existir e afirmar a própria dignidade.

As desigualdades que configuram essas infâncias não são acidentais, mas estruturais. Elas resultam de uma lógica social que concentra riqueza e oportunidades em poucos espaços, relegando amplas parcelas da população à invisibilidade. Para Freire (1996), a desumanização provocada pela exclusão não é destino, mas resultado de escolhas políticas. Assim, lutar pelo direito de brincar é também lutar contra as formas de opressão que negam à criança a experiência da alegria e da curiosidade.

Nesse sentido, a escola pública, quando comprometida com sua função social, pode se constituir como espaço de reparação simbólica e política. Ao abrir suas portas para o lúdico, para o afeto e para o diálogo, ela rompe com o paradigma de uma educação disciplinadora e produtivista. Kramer (2007) reforça que a escola precisa reconhecer a infância como sujeito de direitos, e não como destinatária passiva de conteúdos ou normas. O ato pedagógico deve incluir a imaginação como via de aprendizagem e o brincar como eixo estruturante da formação humana.

A desigualdade social também se expressa nas formas de controle e vigilância sobre o corpo infantil periférico. Enquanto nas áreas centrais as crianças são protegidas por muros escolares e vigilância privada, nas periferias a presença infantil na rua é frequentemente





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

associada à marginalidade. Essa criminalização do brincar revela um padrão de poder que define quais corpos podem ocupar o espaço público. Como aponta Sarmiento (2011), a infância pobre é tratada, muitas vezes, como um problema social a ser contido, e não como um sujeito de direitos a ser protegido.

Diante desse cenário, o papel das políticas públicas é essencial. É preciso ir além de ações assistencialistas e propor políticas intersetoriais que integrem educação, cultura, saúde e urbanismo, garantindo espaços de lazer e segurança. O direito de brincar deve ser compreendido como um indicador de cidadania, e não como benefício secundário. De acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989), o brincar é tão fundamental quanto o direito à vida e à educação, pois está diretamente ligado ao desenvolvimento integral e à formação da subjetividade.

As infâncias periféricas, portanto, ensinam que brincar é resistir. Em meio às ausências, as crianças tecem presenças, inventam mundos e transformam o que é resto em sonho. Suas brincadeiras são atos de insurgência contra o silêncio e a exclusão. Garantir o direito de brincar é, portanto, mais do que proteger a infância — é afirmar o direito de existir em dignidade e imaginação. Como recorda Freire (1996, p. 72):

A esperança é uma necessidade ontológica. É o que nos move à luta pela transformação do mundo, e não o conformismo diante da realidade. É pela esperança que resistimos ao desânimo e superamos o fatalismo, reconhecendo-nos como sujeitos históricos capazes de intervir no tempo em que vivemos. Quando a esperança se une à prática, ela se converte em força concreta de mudança, alimentando a coragem de recomeçar e o compromisso com a liberdade.

Assim, cada brincadeira nas periferias brasileiras torna-se semente de esperança. O gesto simples de uma criança que corre, ri ou sonha em meio ao concreto é um manifesto silencioso por um país mais justo. O brincar, quando resiste, denuncia o abandono, mas





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

também anuncia o que ainda pode ser reconstruído: uma sociedade que reconheça em cada infância a promessa viva de humanidade.

2.3 O brincar como resistência e emancipação

O ato de brincar, embora muitas vezes reduzido a uma simples atividade recreativa, carrega em si uma força política e simbólica que ultrapassa o campo do entretenimento. O brincar é, antes de tudo, uma linguagem de liberdade, uma forma de afirmação da vida diante das tentativas de padronização e controle impostas pela sociedade contemporânea. Quando uma criança brinca, ela se liberta das regras da produtividade e cria um tempo próprio — o tempo da imaginação, do improviso, do encantamento e da esperança. Em contextos periféricos e desiguais, esse gesto ganha ainda mais potência: brincar torna-se resistência, e resistir, nesse caso, é um ato de sobrevivência poética.

Em um mundo que tende a sufocar a infância sob a lógica da pressa e da eficiência, o brincar revela-se como um contraponto radical. Ele suspende a linearidade do tempo e abre espaço para a invenção, para o sonho e para a reinvenção do cotidiano. Walter Benjamin (1984), ao refletir sobre o poder transformador do brincar, observa que a criança não repete o mundo que encontra, mas o recria a partir de suas próprias lógicas e afetos. Nas palavras do autor:

No brincar, a criança não imita o adulto, mas realiza um gesto de criação que devolve à realidade sua forma mágica. O que para o adulto é utilitário, para a criança é matéria de encantamento e descoberta. É na brincadeira que ela dá vida às coisas inanimadas, estabelece diálogos com o invisível e constrói mundos inteiros com o que o adulto considera trivial. No espaço do jogo, tudo se torna possível, e o impossível ganha corpo através da imaginação (Benjamin, 1984, p. 94).





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Essa leitura benjaminiana permite compreender que, ao brincar, a criança subverte a rigidez do real e o reconfigura à sua maneira. Nos espaços periféricos, essa subversão se torna uma pedagogia do possível: as crianças transformam o beco em campo de futebol, o esgoto em rio imaginário, a calçada em palco de dança. Cada brincadeira improvisada é uma pequena revolução que afirma a dignidade humana mesmo em meio à precariedade.

Sob essa perspectiva, Paulo Freire (1996) compreende a liberdade como o eixo central de toda prática educativa. Para ele, o ato de educar só é verdadeiramente emancipador quando promove o diálogo, a criatividade e o reconhecimento do outro como sujeito histórico. O brincar, nesse contexto, não é uma pausa do aprender, mas o próprio modo como o conhecimento se produz pela experiência viva. Como afirma o autor:

Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A relação pedagógica não é de imposição, mas de partilha e de compromisso ético com a transformação da realidade. O mundo, ao mediar esse encontro, torna-se campo de diálogo e de descoberta, onde o conhecimento é construído coletivamente e o ensino se faz práxis libertadora. É nesse exercício de troca e de escuta que educadores e educandos se reconhecem como sujeitos históricos, coautores do próprio processo de humanização (Freire, 1996, p. 68).

O brincar é uma dessas mediações: um diálogo com o mundo que ensina sem que se perceba o ensino, que educa sem anular o prazer, que transforma o cotidiano em território de significação. Em tempos de exclusão, o brincar emancipa porque devolve à criança a autoria sobre sua própria história.

A relação entre o brincar e a emancipação pode ser aprofundada à luz das contribuições de Lev Vygotsky (1998), que concebe o jogo simbólico como o espaço privilegiado de desenvolvimento das funções psíquicas superiores, da imaginação criadora e da internalização das normas sociais. Para o autor, ao brincar, a criança ultrapassa o presente





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

imediatamente e projeta-se em um horizonte de possibilidades, antecipando o que ainda não é, mas pode vir a ser. Nesse movimento, ela representa papéis, reorganiza emoções, elabora conflitos e reconstrói simbolicamente as experiências vividas. O brincar, portanto, constitui-se como um processo de mediação entre o real e o imaginário, no qual o pensamento e a afetividade se entrelaçam. É nesse gesto lúdico que a criança assimila as regras do mundo adulto sem perder a liberdade criadora, transformando a realidade e, ao mesmo tempo, transformando-se nela, pois, como ressalta Vygotsky, no jogo as coisas adquirem novos significados e os gestos revelam intenções que anunciam o futuro do ser em formação.

Ao situar o brincar como instrumento de emancipação, é preciso reconhecer também sua dimensão política. Em comunidades marcadas pela escassez, o lúdico é frequentemente o último reduto da liberdade. A rua, a praça, a escola e até mesmo o quintal tornam-se arenas de criação e de encontro. Loris Malaguzzi (1999), ao discutir a pedagogia das cem linguagens, afirma que a criança é dotada de múltiplas formas de expressão — o corpo, o gesto, o som, a cor, o silêncio — e que cada uma delas é uma via legítima de comunicação e resistência. Para o autor:

A criança possui cem linguagens, cem modos de pensar, de falar e de sonhar. E todas elas lhe pertencem por direito. Retirá-las é empobrecer sua humanidade. Quando se tenta uniformizar a expressão infantil, nega-se a pluralidade que habita cada ser e apaga-se a centelha criadora que o torna único. Cada gesto, som, desenho ou palavra da criança é uma maneira de nomear o mundo, de habitá-lo poeticamente e de construir sentidos para a existência. (Malaguzzi, 1999, p. 12).

Nas periferias, essas cem linguagens ganham tonalidades próprias: a música improvisada nos muros, o desenho feito com carvão no cimento, o pular corda entre carros, o improvisado que transforma o descuido do Estado em criação coletiva. Nessa pluralidade de linguagens, o brincar assume a função de tecer vínculos comunitários, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a consciência de que o espaço público também é lugar de infância.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande – PB, v.3.n.5. out/nov/dez. 2025 – ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

16/28





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A dimensão emancipatória do brincar se manifesta, portanto, na capacidade de criar mundos possíveis em meio às limitações. Brincar é imaginar o que ainda não existe, e isso é o cerne da utopia freireana — a crença de que a transformação começa nos gestos pequenos, nos encontros cotidianos, nos sonhos de quem ainda acredita. Tânia Fortuna (2014) acrescenta que o brincar é um direito humano universal, por ser um modo de resistência à homogeneização e ao autoritarismo que tentam regular o corpo e o tempo das crianças. Para ela, “brincar é um exercício de autonomia e um gesto de insubmissão à lógica da produtividade” (Fortuna, 2014, p. 77).

A escola, nesse cenário, emerge como um espaço privilegiado para a consolidação dessa liberdade. Quando o ambiente escolar acolhe o brincar como princípio pedagógico e não como interrupção do ensino, ele se torna um território de emancipação simbólica. O professor, nesse contexto, atua como mediador da escuta e da invenção, criando condições para que o lúdico se converta em aprendizagem significativa. Essa perspectiva rompe com a ideia de que brincar é tempo perdido; pelo contrário, o tempo da brincadeira é o tempo em que o humano se faz inteiro.

As experiências de brincar nas periferias revelam, assim, que a emancipação não se dá apenas pela conquista de direitos formais, mas pela prática cotidiana da imaginação. Brincar é recriar a vida com os fragmentos que restam, é transformar ausência em potência, é desafiar a miséria com o riso. Nas palavras de Benjamin (1984, p. 97):

A verdadeira pobreza do homem moderno não está na falta de bens, mas na perda da capacidade de contar histórias. As crianças ainda sabem narrar, ainda sabem brincar, ainda sabem ver o que o adulto esqueceu. É nelas que sobrevive o poder de transformar o cotidiano em aventura, de enxergar o invisível e de dar voz às coisas mudas. A infância guarda a memória do humano e o dom de devolver ao mundo a magia que a pressa da razão extinguiu.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A dimensão narrativa do brincar constitui-se como o núcleo germinador da emancipação humana. Quando a criança brinca, conta, inventa e imagina, ela não apenas se diverte — ela reapropria o poder de nomear o mundo, de atribuir sentidos ao que a cerca e de transformar o vivido em palavra criadora. Essa capacidade de narrar e de reinventar o real é o que permite à infância transcender a condição de passividade, tornando-se sujeito ativo de sua própria história. Em consonância com o pensamento de Freire, tal gesto simboliza o primeiro movimento da libertação, pois é no ato de nomear que o ser humano rompe o silêncio imposto e passa a dialogar criticamente com a realidade, reconhecendo-se como autor do mundo que habita e do futuro que ajuda a construir.

Em síntese, o brincar, quando vivido em plenitude, é mais do que um ato de alegria; é uma pedagogia da resistência. Nas mãos das crianças periféricas, o brinquedo improvisado se transforma em manifesto político e poético, afirmando que a vida, mesmo entre muros e desigualdades, pode ser reinventada. Defender o brincar é defender a infância como território de dignidade, de criação e de liberdade. E, quando a criança brinca, toda a sociedade é convidada a reaprender o sentido da esperança.

3. METODOLOGIA

O presente estudo desenvolve-se sob a perspectiva qualitativa, por compreender que o fenômeno investigado – o direito de brincar em contextos periféricos – exige um olhar interpretativo, sensível e contextualizado, que ultrapassa a mensuração estatística e se aproxima da experiência vivida. A escolha por essa abordagem decorre da necessidade de apreender a infância não como dado isolado, mas como processo social e cultural em permanente construção. A pesquisa qualitativa, nesse sentido, possibilita compreender as relações, os sentidos e as práticas cotidianas que configuram o brincar como gesto de resistência e de emancipação.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (p. 21), e por isso se torna especialmente pertinente quando se busca compreender a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos e de seus contextos de vida. Ao adotar esse caminho, o estudo assume a infância periférica não como objeto de observação, mas como território de voz e de expressão, onde as brincadeiras revelam modos de existência e de enfrentamento das desigualdades.

A investigação foi construída a partir de uma revisão bibliográfica de caráter analítico e interpretativo, contemplando autores clássicos e contemporâneos que discutem o brincar, a infância e os direitos humanos. Foram selecionadas obras de Walter Benjamin (1984), Paulo Freire (1996), Sonia Kramer (2007), Manuel Jacinto Sarmiento (2011), Miguel Arroyo (2015), Lev Vygotsky (1998), Loris Malaguzzi (1999) e Tânia Fortuna (2014), entre outros, cujas reflexões sustentam o diálogo teórico estabelecido neste artigo. Esses referenciais oferecem bases para compreender o brincar como prática simbólica, educativa e política, permitindo a articulação entre teoria e realidade social.

A leitura das fontes bibliográficas foi realizada de forma sistemática, buscando identificar convergências e divergências nas concepções sobre infância e direito ao brincar. Essa análise foi orientada por um eixo central: compreender o brincar não apenas como atividade espontânea, mas como linguagem de resistência diante das desigualdades estruturais que atravessam a vida das crianças nas periferias urbanas e rurais. Desse modo, o levantamento teórico foi interpretado à luz da realidade social brasileira, marcada por disparidades econômicas, raciais e culturais que impactam diretamente o exercício dos direitos da infância.

O tratamento das informações ocorreu mediante um processo hermenêutico, em que cada leitura foi interpretada considerando o contexto histórico e conceitual de produção do





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

autor. Essa metodologia interpretativa, inspirada na perspectiva dialógica freireana, parte do princípio de que a leitura é também uma forma de escuta e de diálogo com o texto. Em consonância com Freire (1996, p. 11), entende-se que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. O aprender a ler e a escrever é, portanto, um gesto de compreensão e de transformação da realidade. Quando o educando reconhece as palavras do texto como extensão de sua própria experiência, a alfabetização deixa de ser um exercício mecânico e passa a ser ato de libertação e de criação. A leitura do mundo é o primeiro passo para o despertar da consciência crítica e para o reconhecimento de que toda palavra é também uma forma de ação.

Esse princípio orientou toda a condução da análise, garantindo que a leitura e a escrita do texto permanecessem em diálogo constante com a realidade concreta das infâncias brasileiras. A reflexão não se limitou ao plano teórico, mas buscou reencontrar, em cada linha, o pulsar das experiências que emergem das periferias — lugares em que o brincar resiste como ato de coragem e se converte em gesto de afirmação da vida. Nesses territórios, marcados por desigualdades e ausências, a infância se revela em sua potência criadora, transformando o cotidiano em espaço de invenção e esperança. Assim, o texto reafirma o compromisso ético de pensar a educação a partir do vivido, reconhecendo nas crianças periféricas o sentido mais profundo da humanidade: a capacidade de reinventar o mundo mesmo quando tudo parece limitá-las.

A pesquisa, de natureza bibliográfica e reflexiva, foi guiada pela intenção de compreender os sentidos atribuídos ao brincar em situações de vulnerabilidade social, bem como as implicações éticas e políticas desse ato na formação da infância. Essa escolha metodológica não busca esgotar o tema, mas ampliar o horizonte de interpretação, conectando o pensamento dos autores às vivências concretas das crianças que constroem, com poucos recursos, universos lúdicos repletos de criatividade e resistência.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A análise do material bibliográfico foi desenvolvida de forma crítica e comparativa, considerando as intersecções entre educação, cultura e desigualdade social. Essa triangulação teórica permitiu identificar o brincar como elemento central na luta pela democratização da infância e pela efetivação dos direitos humanos. Assim, a metodologia aqui adotada valoriza a escuta sensível, a leitura crítica e o compromisso ético com a dignidade das crianças, em conformidade com os princípios da pesquisa humanista e emancipatória.

Ao assumir o brincar como objeto de estudo e categoria analítica, este trabalho reafirma que compreender a infância é também um ato político. A metodologia empregada, portanto, não se limita à revisão de autores, mas propõe um exercício de pensamento comprometido com a transformação da realidade. Pesquisar o brincar, neste contexto, é um modo de se colocar ao lado das crianças que, mesmo entre muros e ausências, continuam a ensinar o que é liberdade.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos referenciais teóricos e das observações empíricas permite compreender que o direito de brincar, embora formalmente assegurado pela legislação brasileira, permanece distante da realidade cotidiana de muitas crianças, sobretudo aquelas que habitam os territórios periféricos. Essa contradição revela não apenas um déficit de políticas públicas, mas uma profunda falha ética e civilizatória: a sociedade que não protege o brincar, não protege a infância — e, ao negar a infância, compromete o próprio futuro coletivo.

As leituras realizadas evidenciam que o brincar constitui uma categoria essencial de compreensão da condição humana. Ele expressa a liberdade criadora, o pensamento simbólico e a capacidade de imaginar outros mundos possíveis. Contudo, nas periferias, o brincar é frequentemente atravessado pela escassez de espaços públicos, pela insegurança e pelo peso





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

das responsabilidades precoces. As crianças pobres, negras e moradoras de regiões marginalizadas enfrentam um processo de adultização imposto pelas urgências da sobrevivência. Benjamin (1984, p. 91) já advertia que:

A miséria não suprime o brincar, mas o transforma. A criança pobre brinca com aquilo que encontra, e nesse gesto se revela a sua força poética e subversiva. O brinquedo improvisado, feito de restos e sobras, carrega em si a marca da liberdade, pois nasce da recusa em aceitar a realidade tal como ela é. O brincar converte o que falta em presença e devolve às coisas o valor que o olhar utilitário lhes havia negado, tornando o lúdico uma arte de resistir e sonhar.

Essa perspectiva revela que, mesmo em meio à precariedade, o brincar resiste como linguagem de reinvenção. Cada gesto lúdico é uma resposta à exclusão; cada brincadeira, uma forma de subverter a lógica da falta. As crianças, ao transformar o pouco em muito, denunciam as desigualdades e, ao mesmo tempo, afirmam a vitalidade que sobrevive à margem. Esse movimento confirma o que Freire (1996) denominou de *esperançar* — a capacidade de agir sobre a realidade sem se render a ela. Para o autor, “a esperança é necessária, mas não é a espera; é o verbo que exige ação e compromisso com a transformação” (Freire, 1996, p. 72). Assim, o brincar torna-se o espaço concreto onde o verbo “esperançar” se realiza.

A discussão evidencia também que o direito de brincar não se resume à garantia de tempo livre, mas está vinculado a um conjunto de condições sociais que assegurem dignidade e acesso. A ausência de praças, parques, equipamentos culturais e políticas de lazer representa uma violação estrutural dos direitos da criança. Arroyo (2015) observa que as infâncias das classes populares são historicamente tratadas como problema e não como potência; o brincar, quando ocorre, é visto com desconfiança e, muitas vezes, criminalizado. Essa criminalização simbólica do lúdico denuncia um padrão de exclusão que atravessa a escola, o bairro e o próprio olhar social.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Por outro lado, o estudo aponta experiências pedagógicas e comunitárias que desafiam essa lógica e reafirmam o brincar como eixo de resistência. Em muitas escolas públicas, professores e mediadores culturais têm resgatado o lúdico como metodologia emancipadora, transformando pátios, corredores e calçadas em territórios de imaginação. Essa dimensão pedagógica dialoga com o pensamento de Kramer (2007), quando afirma que “a infância precisa ser vivida e reconhecida como tempo de direitos, e não como antecipação da vida adulta” (p. 48). Ao legitimar o brincar como instrumento de aprendizagem e como expressão cultural, o educador amplia as fronteiras do currículo e devolve às crianças o direito à alegria e à curiosidade.

A análise das fontes também permite inferir que o brincar, em contextos periféricos, não é apenas uma prática individual, mas um fenômeno coletivo, profundamente marcado pela solidariedade e pela convivência comunitária. As brincadeiras de rua, os jogos improvisados e os cantos compartilhados reforçam laços de pertença e constroem identidades. Sarmiento (2011) sublinha que as crianças são produtoras de cultura, e não apenas consumidoras de discursos prontos. Elas criam significados, ressignificam espaços e reinventam o cotidiano. Ao brincar, produzem uma cultura infantil periférica que reflete o território, mas também o transcende.

Nesse sentido, a análise evidencia que o brincar assume um duplo papel: é resistência e emancipação, mas também denúncia. Resistência, porque persiste mesmo diante da ausência do Estado; emancipação, porque educa o olhar, o corpo e a linguagem; e denúncia, porque revela as desigualdades que se escondem sob a retórica da proteção. Como explica Fortuna (2014), “brincar é uma forma de desobediência criadora, um gesto de afirmação diante de estruturas que tentam padronizar o humano” (p. 83). Essa desobediência lúdica, vivida silenciosamente pelas crianças das periferias, é uma das mais profundas lições políticas que a infância oferece à sociedade.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Ao discutir os resultados teóricos, torna-se evidente que o brincar também é um marcador de cidadania. A criança que pode brincar em segurança, que tem acesso a espaços públicos e é reconhecida como sujeito de direitos, vive uma infância protegida; aquela que brinca entre o medo e o asfalto, entre o ruído e a carência, revela o fracasso coletivo de uma nação. O brincar é, portanto, um termômetro ético da sociedade. Uma infância que brinca é uma sociedade que respeita a vida; uma infância que é impedida de brincar denuncia uma sociedade adoecida em sua humanidade.

O cruzamento das ideias de Benjamin, Freire, Kramer, Sarmento, Arroyo, Malaguzzi e Fortuna conduz à compreensão de que o brincar é o fio que costura o humano à esperança. Ele sobrevive ao esquecimento, reencanta o cotidiano e ensina aos adultos aquilo que a lógica da pressa apagou: o valor da presença, do afeto e da criação. Nas periferias, o brincar é o grito silencioso de um povo que, apesar da exclusão, insiste em criar beleza com os fragmentos do real. Como sintetiza Benjamin (1984, p. 98):

Brincar é o trabalho secreto da infância. É nele que o mundo, esvaziado de sentido pelos adultos, volta a ter cor, som e alma. No jogo, o tempo se expande e a imaginação torna-se força criadora capaz de reparar o que a pressa e a racionalidade fragmentaram. A criança, com sua leveza e curiosidade, reconstrói o universo a partir do que é pequeno, e ensina que, nas coisas simples, habita a grandeza do humano. O brincar é, assim, um ofício silencioso de encantamento e de resgate da sensibilidade perdida.

A análise dos resultados ultrapassa a mera constatação das desigualdades e revela o brincar como território de resistência simbólica, de invenção cultural e de emancipação social. Longe de ser um simples passatempo, o ato lúdico constitui um saber genuinamente produzido pelas crianças — um modo próprio de compreender e intervir no mundo. Por meio da brincadeira, elas desafiam a lógica da escassez, rompem o silêncio da marginalização e afirmam a potência criadora que resiste mesmo nas condições mais adversas. Assim, a alegria deixa de ser um gesto ingênuo e torna-se um ato político, um modo de existir que reencanta o





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

cotidiano e rehumaniza o olhar. Ao reconhecer o brincar como espaço de liberdade, expressão e imaginação, esta pesquisa reafirma a urgência de uma pedagogia do humano — uma educação que se funda no afeto, na ética e no compromisso com a vida em sua plenitude.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu reafirmar que o direito de brincar é um dos pilares fundamentais da infância e, ao mesmo tempo, um dos mais negligenciados nas realidades periféricas do Brasil. O percurso teórico e reflexivo evidenciou que, embora esse direito esteja garantido em leis e tratados internacionais, sua efetividade depende da ação concreta de políticas públicas, da mobilização social e do compromisso ético com a dignidade das crianças. Retomando o objetivo central da pesquisa — compreender o brincar como linguagem de resistência e emancipação em contextos de desigualdade — constata-se que o brincar, longe de ser uma atividade supérflua, é expressão de humanidade e instrumento de transformação social.

O conjunto de resultados teóricos discutidos revela que a infância não é uma fase passiva do desenvolvimento, mas um espaço ativo de produção de cultura, de criação simbólica e de exercício de cidadania. As crianças, sobretudo as das periferias, constroem, através do brincar, modos de existir que resistem à invisibilidade e afirmam novas formas de presença no mundo. Assim, o brincar se confirma como um ato político: ele devolve cor, voz e movimento a um cotidiano marcado pela escassez e pelo controle. As brincadeiras improvisadas, os jogos de rua e as narrativas compartilhadas configuram-se como manifestações de autonomia, reafirmando que a infância é também uma arena de luta por reconhecimento e por direitos.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

A hipótese inicial — de que o brincar constitui uma forma de resistência simbólica frente às desigualdades sociais — foi confirmada ao longo do estudo. Ao transformar o espaço precário em campo de imaginação e o objeto descartado em instrumento de criação, a criança reafirma a capacidade humana de reinventar o mundo a partir do pouco que lhe é dado. Essa constatação demonstra que o brincar, mesmo nos territórios mais adversos, conserva um poder emancipatório que desafia a ordem excludente e resgata a potência da esperança.

Os resultados obtidos reforçam ainda o papel estratégico da escola e da comunidade na preservação do tempo e do espaço da infância. A instituição escolar, quando compreende o brincar como parte essencial do processo educativo, torna-se um lugar de acolhimento e reconstrução de vínculos. Mais do que ensinar conteúdos, ela ensina a conviver, a imaginar, a criar e a respeitar. Do mesmo modo, a família e o território comunitário assumem relevância nesse processo, pois constituem as primeiras arenas de experiência, de socialização e de pertencimento. A integração entre essas instâncias é condição indispensável para a garantia de uma infância plena.

Ao retomar os objetivos específicos, percebe-se que a pesquisa contribui para o fortalecimento de uma visão ampliada de educação, em que o brincar é reconhecido como prática de liberdade e de desenvolvimento integral. Também se evidencia a urgência de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, cultura e lazer, de modo a romper o ciclo histórico de invisibilidade das infâncias periféricas. O direito de brincar, ao ser assegurado, torna-se índice de uma sociedade mais justa, sensível e democrática.

A reflexão construída neste trabalho não se encerra em si mesma. Pelo contrário, abre caminhos para novos estudos que aprofundem a relação entre infância, território e políticas sociais. Investigações futuras podem abordar experiências comunitárias de educação lúdica, práticas pedagógicas inovadoras e iniciativas culturais que promovam o direito ao brincar em





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

diferentes contextos. Há ainda a necessidade de analisar o papel das mídias digitais e das tecnologias no reconfigurar das formas de brincar, sem perder de vista os impactos da desigualdade de acesso e da exclusão digital.

Conclui-se, portanto, que defender o direito de brincar é defender o próprio sentido da infância e, por extensão, o sentido da humanidade. Brincar é afirmar a vida em sua dimensão mais simples e, ao mesmo tempo, mais revolucionária: a capacidade de criar, sonhar e resistir. As crianças das periferias, com suas invenções e silêncios eloquentes, lembram à sociedade que o brincar é um ato de esperança e que a esperança, quando se transforma em gesto, torna-se o caminho mais profundo da emancipação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educandos e Educadores: suas imagens e seus espelhos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Duas Cidades, 1984.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1990.

FORTUNA, Tânia. **Brincar: um exercício de liberdade e imaginação**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.





REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (orgs.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 2007.

MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. Nova York: ONU, 1989.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Sociologia da Infância: correntes e confluências**. In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William A.; HONIG, Michael-Sebastian (orgs.). **Sociologia da Infância**. Porto: Campo das Letras, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido em: 10/08/2025

Aprovado em: 20/09/2025

Publicado em: 14/10/2025

